



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 9, número 2, maio-ago. 2020

LINGUAGEM E SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE IDENTIDADE(S) LINGUÍSTICA(S), PRESTÍGIO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO



LANGUAGE AND SOCIETY: A STUDY ON LINGUISTIC IDENTITY(IES), LINGUISTIC PRESTIGE AND PREJUDICE

Suely de Sousa MARTINS
Universidade Regional do Cariri, Brasil

Luiz Henrique de OLIVEIRA
Universidade Regional do Cariri, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)
RECEBIDO EM 29/02/2020 • APROVADO EM 14/05/2020

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a interdependência entre os conceitos de linguagem e sociedade, relacionando-os à construção da(s) identidade(s) linguística(s), do prestígio e do preconceito linguístico. Acreditamos que linguagem e sociedade estão interligadas por uma teia de relações que possibilita a construção de ambas. Nesse sentido, buscamos apresentar a língua como ferramenta identitária do sujeito, assim como, objeto de

reflexão dos julgamentos e avaliações sociais. Defendemos que a valoração positiva ou negativa de variedades linguísticas é guiada por fatores sociais e econômicos. Desta forma, mudar o olhar do sujeito para com a língua passa, primeiramente, por tentarmos transformar sua visão do mundo e do outro. Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em teóricos que discutem linguagem, cultura, discurso, como Hall (2006), Bagno (2007; 2009), Bagno et al. (2002), Charaudeau (2015), entre outros.

Abstract

This work aims to discuss the interdependence between the concepts of language and society, relating them to the construction of linguistic identity(ies), of the prestige and linguistic prejudice. We believe that language and society are interconnected by a web of relationships that enables the construction of both. In this sense, we seek to present language as a subject's identity tool, as well as, object of reflection of judgments and social evaluations. We argue that the positive or negative valuation of linguistic varieties is guided by social and economic factors. In this way, changing the subject's gaze towards the language depends, first, on trying to transform his view of the world and the other. This work consists of a bibliographic research, based on theorists who discuss language, culture, discourse, such as Hall (2006), Bagno (2007; 2009), Bagno et al. (2002), Charaudeau (2015), among others.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Sociedade. Identidade(s) linguística(s). Prestígio. Preconceito linguístico.

KEYWORDS: Language. Society. Linguistic identity(ies). Prestige. Linguistic Prejudice.

Texto integral

Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, muitos teóricos começam a enfatizar a importância e a existência de uma relação intrínseca entre linguagem e sociedade. Desta forma, ao longo dos anos, as ciências da linguagem vêm explorando amplamente essa relação, evidenciando-nos que linguagem e sociedade estão interligadas por uma teia de relações que possibilita a construção de ambas.

A linguagem configura-se como uma ponte que nos leva à análise e ao reconhecimento da sociedade. Por isso, podemos observar a língua como elemento identitário do sujeito, assim como objeto de reflexão dos julgamentos e avaliações sociais.

Partindo desses pressupostos, buscamos compreender como se dá a formação da identidade linguística no sujeito, tanto quanto como se estabelece o prestígio e o preconceito linguístico. Acreditamos que o poder social atua diretamente na língua e que, portanto, as avaliações valorosas ou estigmatizantes

em volta das variedades e identidades linguísticas são guiadas por uma força socioeconômica.

Nessa perspectiva, mostramos que os julgamentos linguísticos pressupõem os julgamentos sociais, de maneira que, somente a partir de uma transformação sociocultural, o sujeito pode modificar suas atitudes a respeito das diversas variedades da língua e de seus falantes. Assim, na primeira seção, apresentamos algumas considerações quanto à relação entre linguagem e sociedade. Posteriormente, abordamos a construção da(s) identidade(s) linguística(s) no sujeito, enfatizando a multiplicidade identitária presente no ser humano como reflexo da língua e da sociedade. Em seguida, discorremos acerca das influências econômicas e culturais sobre a língua que são responsáveis pelo estabelecimento do prestígio linguístico. Por fim, discutimos a respeito dos fatores sociais na construção do preconceito linguístico, mostrando que esta tem início na sociedade, mas fortalece-se na escola.

LINGUAGEM E SOCIEDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Linguagem e sociedade mantêm uma relação mútua e indissociável, de modo que a linguagem só se concretiza dentro do ambiente social, e a sociedade só se constrói a partir da linguagem. Segundo Fiorin (2002, p. 9), “[...] sem conhecer a linguagem, não há como conhecer o homem.” Partindo dessas considerações, podemos verificar que a linguagem é um fenômeno social que reflete as mudanças históricas e ideológicas, bem como os ideais de um sujeito e de sua comunidade, permitindo-nos conhecer e identificar o homem. Nesse sentido, a linguagem é a base da formação do ser humano, sendo dele parte constitutiva e atuando como elemento que o diferencia dos demais seres vivos. Mediante a linguagem, nos constituímos, verdadeiramente, humanos (GODOY; SENNA, 2011).

Podemos observar que a linguagem está presente em todas as ações do homem. O sujeito busca, por meio dela, se manifestar e interagir com o meio, atuando nas diversas áreas sociais. Isso nos mostra o motivo pelo qual, desde os primórdios, o ser humano procura mecanismos para a realização da linguagem, pois a *comunicação*, que é essencial para a sua sobrevivência no meio, ocorre, somente, por meio dela.

Diante disso, ao longo dos anos e com a evolução dos estudos acerca da linguagem, percebeu-se que ela é um instrumento de *comunicação* que desempenha um papel fundamental na sociedade. Segundo Petter (2002, p. 11), “Assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação.” Logo, é o ato de comunicar que estabelece as relações entre os componentes de uma sociedade.

A língua configura-se como ferramenta social para a realização da linguagem¹. Ela tem o poder de transmitir crenças, ideologias e de possibilitar a *comunicação* entre os seus falantes. Por isso, podemos, por meio da língua, compreender inúmeros fatores sociais, assim como, por meio dos fatores sociais, podemos entender diversas transformações que ocorreram e ocorrem na língua.

A relação de interdependência entre língua, linguagem e sociedade é perceptível ao observarmos que as mudanças sociais influenciam as mudanças linguísticas. Considerando que a língua surge como necessidade do meio, ela também modifica-se, adapta-se a novas realidades para atender às necessidades da sociedade. Assim, os padrões que são impostos aos grupos sociais operam diretamente sobre a língua, de modo que

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008, p. 21)

Partindo dessa perspectiva, se o meio social é dividido em classes que são identificadas a partir de suas condições socioeconômicas, com a língua não será diferente: ela retratará essa estratificação da sociedade, ou seja, os valores sociais de uma classe incidem sobre suas variedades linguísticas². Assim, o significado social que os grupos têm na sociedade pode conduzir à valoração positiva ou negativa de suas variedades linguísticas. Conforme Labov (2008), as mudanças linguísticas não exercem, em si mesmas, uma influência forte sobre o desenvolvimento social, mas são as mudanças na posição social do falante que atuam no comportamento linguístico. Por este motivo, o autor enfatiza que essa flexibilidade da língua configura-se como indicador das mudanças sociais.

Posto isto, a língua não se restringe, meramente, a questões linguísticas, pois podemos observar nela valores econômicos e culturais. Quando o homem utiliza-se da língua para expressar-se, identificamos no seu discurso o reflexo de suas origens e das avaliações que lhes são atribuídas. Portanto, a relação estabelecida entre linguagem e sociedade nos leva à percepção da formação identitária de um sujeito, tal como das avaliações, julgamentos, crenças e ideologias acerca das variedades da língua.

IDENTIDADE(S) LINGUÍSTICA(S): A LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO

Linguagem e sociedade mantêm entre si uma relação que de todo é inquestionável e que se manifesta por meio da língua, instrumento de análise e descrição da sociedade. A língua reflete a estratificação da sociedade e, sendo assim, não ocorre no vácuo das relações sociais; ela passa a ter significação a partir da sua realização pelo indivíduo, não isoladamente, mas dentro de uma coletividade. Assim, as formas linguísticas produzidas pelos grupos sociais transportam o valor social desses mesmos grupos. Dessa forma, como parte constitutiva do meio social, a língua carrega em si aspectos identitários dos seus

falantes. Ela tem o objetivo de dar significado ao mundo, mas, sobretudo, atua como elemento que significa o indivíduo.

Assim, a língua é, por excelência, elemento identificador da sociedade, sendo moldada, constantemente, por cada cultura para ser espelho dos seus falantes. Por meio de uma variedade linguística, podemos reconhecer um grupo social, uma profissão, como também uma determinada região. A identidade linguística, portanto, pode ser vista como um portal pelo qual podemos chegar a um determinado território, cultura e ideologia.

Sendo o homem um ser político, histórico e social, não podemos discutir identidade linguística, sem considerar, como aponta Bagno (2009, p. 19), “[...] uma regra de ouro da linguística que diz: só existe língua se houver seres humanos que a falem.” Em vista disso, as questões que envolvem o âmbito social são de suma importância para compreendermos também as questões que envolvem a construção da identidade linguística no sujeito.

Nos últimos anos, diversas discussões têm girado em torno da identidade do sujeito. Segundo Hall (2006), devido às diversas transformações que ocorreram na sociedade, englobando questões sociais, de gênero, religião entre outras, estamos vivenciando uma “crise de identidade”. A sociedade enxergava o indivíduo como ser unificado e de identidade estável, entretanto o autor evidencia que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7).

A sociedade é formada por uma grande diversidade linguística, ideológica e étnica, o que resulta numa multiplicidade de identidades culturais e linguísticas. Partindo dessa observação, não é possível reduzir o sujeito a uma identidade homogênea e unificada, visto que o ser humano é reflexo das variedades linguísticas e sociais presentes no meio. Diante disso, buscaremos abordar a identidade linguística, não como algo estático e imutável, mas heterogêneo, um reflexo da língua e do meio social no qual o falante está inserido.

O homem e a língua vivem em constante construção, de maneira que as identidades linguísticas transitam por diversos contextos, adequando-se a cada situação comunicativa. Como afirma Hall (2006), o sujeito toma para si identidades diferentes em diferentes momentos. Logo, podemos observar que o indivíduo está, diariamente, inserido em múltiplas instâncias sociais, e isso leva-o ao uso de diversas variedades da língua e, por conseguinte, de diversas identidades linguísticas.

Se o indivíduo se sente, contudo, detentor de uma identidade unificada, isso será resultado de uma cômoda estória em torno de si próprio (HALL, 2006). Esse conceito de identidade estável e plenamente unificada faz parte dos imaginários sociais que permeiam as comunidades. Assim, a crença de uma identidade única caminha de mãos dadas com o imaginário de uma língua homogênea. Bagno (2009, p. 68) afirma que “[...] nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico o tempo todo.” Essa ilusão de língua homogênea que resulta da ideia de identidade unificada é o que leva a não aceitação da diversidade identitária que compõe nossa

sociedade. Deste modo, é por meio dessa crença que muitos estereótipos e preconceitos acerca das identidades linguísticas são disseminados.

A identidade linguística resulta da relação estabelecida entre língua e sociedade, de modo que as valorações e julgamentos sociais serão refletidos na identidade linguística do sujeito. As crenças presentes no indivíduo acerca da língua evidenciam ideais, convencionalmente, estabelecidos pela sociedade, bem como os valores que nela são compartilhados. Por isso, podemos verificar que a ideia de que existe uma forma “correta” de falar, e que o indivíduo só pode participar ativamente da sociedade se dominá-la é, na verdade, resultado dos juízos sociais.

Vale ressaltar que a identidade linguística do sujeito está relacionada, ainda, a questões políticas e de poder, visto que a língua, muitas vezes, é tomada como objeto para fortalecer a posição social prestigiada de alguns grupos. Dentro desse contexto, as classes dominantes buscam unificar a língua, por meio de diversos mecanismos, como, por exemplo, o ensino prescritivo voltado, exclusivamente, para a norma-padrão. Dessa maneira, é imposto ao sujeito um único modelo de língua, o que resulta na exclusão das diversas identidades linguísticas que se opõem a esse padrão. Conforme Bauman (2005, p. 19), “As identidades flutuam no ar, algumas da nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.”

A partir do que demonstra o autor, podemos afirmar que o sujeito é detentor não de uma, mas de várias identidades. A identidade não se configura de forma fixa, estável, posto que é determinada historicamente e, por isso, continuamente transformada. Ela ainda apresenta uma interdependência em relação à diferença e, juntas, as duas mantêm uma estreita ligação com as relações de poder, configuradas em critérios de classificação (certo/errado) ou de inclusão/exclusão. Conforme Silva (2000, p. 82), “as classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade” e “deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados.”

À vista disso, Charaudeau (2015) afirma que o olhar do outro sobre o sujeito, faz com que este reflita sobre quem ele é e o que o outro diz que ele é. Por conseguinte, o olhar do outro nos rotula, levando-nos, algumas vezes, a ocultar nossas identidades em virtude de avaliações da sociedade. Somos, diariamente, etiquetados pelo meio e isso, de certa forma, representa perigo, pois, ao acreditarmos que somos ou que devemos ser como os outros nos julgam, estamos distanciando-nos de nossos princípios e de nossos “eus”.

Diante de um mundo que vive em constante processo de estratificação social, os falantes de variedades linguísticas não prestigiadas são identificados por meio de uma demarcação estigmatizada, que pode se manifestar através de afirmações como: “quem não sabe a norma-padrão é pobre”, “os nordestinos não sabem falar português”, “as pessoas que não têm instrução falam tudo errado”. Tudo isso resulta na ideia de que, se a variedade do sujeito é “errada”, ele é incapaz, fazendo com que silencie sua voz diante da sociedade.

Sabemos que a educação – formal, não formal, ou informal – é um dos meios pelos quais podemos transformar a sociedade, quebrando paradigmas, minimizando desigualdades sociais, modificando a visão e os atos do sujeito. Todavia, nos deparamos, constantemente, com uma realidade contrária ao que se espera de uma instituição de ensino. Quando o discente chega à escola, ele traz consigo uma identidade linguística própria e reveladora de sua cultura. Entretanto, por causa de valores e crenças arraigadas na sociedade, que defendem a existência de um único padrão linguístico, sua identidade não é legitimada, levando-o a apropriar-se de outra, imposta pela sociedade. Conseqüentemente, isso levará a um apagamento da identidade do sujeito.

O ensino tradicional leva o aluno, no que diz respeito ao processo de construção de sua identidade, a ocultar marcas presentes na sua cultura, fazendo-o tomar para si identidades impostas pelo consenso, no intuito de atender aos padrões determinados pelo meio. O ser humano busca voz na sociedade, direito ao estudo e ao trabalho, de maneira que procura uma identidade que lhe permita alcançar todos esses objetivos. Contudo, durante esse processo, o que se observa, algumas vezes, é que o sujeito abandona suas origens para adentrar ao meio social.

Face ao exposto, para que todas as identidades linguísticas sejam legitimadas tanto na sociedade como na escola, nossos educadores precisam observar a língua como ferramenta social e suas variedades como elemento identificador do sujeito, ao invés de objetos de exclusão.

PRESTÍGIO LINGUÍSTICO: UMA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, PODER E SOCIEDADE

A língua é um elemento forte para a identificação do sujeito, mas, acima de tudo, também, atua como ferramenta de marcação das diferenças sociais. Podemos ver nela um importante instrumento de unificação, tanto quanto a reconhecemos como objeto de separação social. Por isso, por meio da língua, conseguimos identificar o sujeito, bem como observar os julgamentos de que são alvos.

Como discutido anteriormente, a formação da língua se dá socialmente, de modo que seus usos refletirão questões culturais e de poder. Dessa maneira, como reflexo da sociedade, a língua também apresenta uma estratificação, e esta pode ser observada a partir das noções de prestígio e estigma linguístico que circulam nas comunidades. Nesta seção, nos deteremos no prestígio linguístico, definido por Bagno (2007) como uma avaliação valorosa acerca de uma variedade linguística, processo visto como o resultado da relação entre língua e poder sempre presente na sociedade.

Para compreendermos melhor a influência das questões sociais sobre a língua e, assim, sobre a construção do prestígio linguístico, discutiremos brevemente acerca do surgimento da noção de “erro” linguístico, que se apresenta na sociedade. Foi a partir dessa noção que a língua dividiu-se, resultando na crença de uma língua “correta” e outra “errada”, o que, posteriormente, levaria a sociedade a avaliações valorosas a respeito das variedades linguísticas.

Bagno (2007) afirma que a noção de “erro” nasce no mundo ocidental, com as primeiras descrições sistemáticas de uma língua específica, a saber, a língua grega. Alexandre “o Grande” conquistou um enorme território, o que levou, conseqüentemente, a língua e a cultura grega a se difundirem por um território maior que o da pequena Grécia original. Considerando que a língua grega tornou-se idioma internacional dentro do grande império, viu-se a necessidade de normatizar a língua, criando um padrão homogêneo para que se configurasse como elemento superior às diferenças regionais e sociais, estabelecendo uma unificação política e cultural.

A partir da normatização da língua, todas as formas que não correspondessem ao padrão estabelecido eram consideradas “erradas”. Por conseguinte, com o surgimento da noção de “erro”, deu-se também origem à ideia de prestígio e estigma linguístico, visto que, com a criação de um padrão homogêneo de língua, as variedades que dele desviassem eram estigmatizadas, e as que dele se aproximassem eram prestigiadas. Isso nos mostra que o poder político atua diretamente nas questões linguísticas, estabelecendo padrões e avaliações, tendo, ainda, por objetivo tomar a língua como elemento para a manutenção do domínio social.

Vivemos em uma sociedade que enfatiza a importância da aquisição da norma-padrão; todavia, esquece que esta não ocorre de forma natural, pelo contrário, adquire-se, na maioria das vezes, a partir do contato com uma instituição de ensino. Considerando que a estrutura social excludente interferiu também no processo educativo, nem todos têm direito a uma educação de qualidade, de modo que a sociedade não pode requerer, obrigatoriamente, que os sujeitos conheçam a norma estabelecida como padrão:

Como a educação de qualidade ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio das formas prestigiadas de uso da língua. Assim, tal como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros que poderíamos chamar de “sem língua”. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única (identificada com a norma-padrão tradicional), existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa “língua”, que é a empregada pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os *sem-língua*. É claro que eles têm uma língua, também falam o português brasileiro, só que falam variedades linguísticas estigmatizadas, que não são reconhecidas como válidas, que são desprestigiadas, ridicularizadas, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes urbanos mais letrados – por isso podemos chamá-los de *sem-língua*. (BAGNO, 2009, p. 29-30 [grifo no original])

Sabemos que o poder está nas mãos de poucos, de maneira que apenas esta minoria tem acesso à educação, o que leva uma grande parte da sociedade

brasileira a não dominar a norma considerada padrão. Como aponta o autor, se levarmos em conta o mito da língua única, teremos um alto nível de pessoas “sem-língua”. Mas o que a sociedade não percebe é que essas pessoas também falam uma variedade do português, que, assim como as demais variedades, possui uma estrutura linguística e discursiva tão válida como qualquer outra. Em vista disso, precisamos compreender que estas barreiras linguísticas pressupõem barreiras sociais e que o problema não está na estrutura da língua, mas na estrutura da sociedade.

Os grupos sociais e as instituições de ensino precisam compreender que

[...] como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “una”, uniforme e homogênea. O monolingüismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, *heterogênea* [...]. (BAGNO, 2009, p. 27-28 [grifo no original])

Não há nada na língua nem na ciência que possa comprovar que uma variedade é melhor que outra. Isso nos mostra que a questão não está em existir uma forma “correta” e outra “errada”, mas na influência que os falantes possuem dentro da sociedade. Assim, podemos verificar que as variedades pertencentes às comunidades com poder aquisitivo sempre são prestigiadas, mostrando-nos que todos os julgamentos linguísticos são influenciados pelas questões socioeconômicas.

Segundo Charaudeau (2015), a consciência da própria existência está associada ao reconhecimento da existência de outro que seja diferente, ou seja, o sujeito olha para si mesmo, procurando aspectos que o individualizem, reconhecendo sua identidade em detrimento da identidade do outro. Para o autor, o sujeito, ao reconhecer-se diferente do outro, tem como resposta um duplo movimento, de atração ou rejeição (CHARAUDEAU, 2015).

Por esse motivo, o indivíduo, ao observar as diferentes variedades linguísticas que o cercam, tende a prestigiá-las ou estigmatizá-las, sendo o fator determinante para esta escolha as questões econômicas e sociais. Se uma variedade linguística reflete uma comunidade com *status* social elevado, ela será prestigiada. Por outro lado, se reflete um grupo com *status* social menor, será estigmatizada. Assim, o prestígio linguístico está relacionado ao prestígio social, pois “[...] uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1994, p. 6).

Esse movimento de rejeição, apontado por Charaudeau, vem acompanhado, algumas vezes, de um sentimento de ameaça que envolve o sujeito, levando-o a acreditar que determinada diferença pode torná-lo inferior ou imperfeito (CHARAUDEAU, 2015). Esse sentimento é reflexo de uma sociedade dividida, na qual os sujeitos lutam, acima de tudo, para estarem no poder. Tal mentalidade faz com que o ser humano rebata e julgue tudo e todos que são diferentes dele, pois

acredita que a diferença o diminui. “É como se não fosse suportável aceitar que outros valores, outras normas, outros hábitos – senão os próprios – fossem melhores ou que simplesmente existissem” (CHARAUDEAU, 2015, p. 19).

Como as relações entre falante-ouvinte podem se mostrar assimétricas, no caso de uma situação de fala assimétrica em que temos um falante considerado hierarquicamente superior em relação ao seu ouvinte, a variedade utilizada por esse falante pode ser tomada como superior e ele estigmatizar a variedade proferida por seu interlocutor. Entretanto, se a posição social desse falante for hierarquicamente inferior em relação ao seu interlocutor, a tendência pode ser inversa, ou seja, a de ele próprio estigmatizar a sua identidade linguístico-cultural.

As avaliações a respeito da língua sempre partem com mais influência de cima para baixo. Crentes da autoridade que possuem, as classes sociais com *status* elevado julgam a língua, buscando induzir a sociedade a acreditar que o modo como falam é “correto” para que, assim, possam manipular os grupos sociais. No entanto, antes de convencer o outro com seus julgamentos, essas classes convencem, primeiramente, a si próprias de sua supremacia. Conforme assinala Charaudeau (2015, p. 19), “[...] ao julgar o outro negativamente, protegemos nossa identidade, mas também caricaturamos a do outro e, por conseguinte, a nossa própria, persuadindo-nos de que temos razão face ao outro.” Nesse sentido, autossabotam-se, pois, ao mesmo tempo em que desenham o outro, estão desenhando a si mesmos, enganando-se acerca de uma suposta verdade absoluta.

Todos os julgamentos acerca da língua partem de imaginários sociais. Considerando que os falantes não são neutros, mas seres ideológicos, é impossível separar suas ações de suas crenças. Por isso, o indivíduo, ao acreditar que há uma forma linguística mais prestigiada que outra, tende a excluir as demais variedades da língua e aqueles que as utilizam. Como afirma Calvet (2002, p. 65): “Existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam.” Nossas atitudes são reflexos de nossas crenças, de modo que, se acreditássemos em um ideal de igualdade, em que todos fossem tratados da mesma maneira, prontamente, acreditaríamos que todas as variedades deveriam ser vistas com equidade. Dessa forma, a solução não está em unificar a língua, pois, como vimos, diante de uma sociedade múltipla, isso é impossível, mas em buscar mudar a visão do indivíduo acerca do outro.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: DA SOCIEDADE PARA A ESCOLA

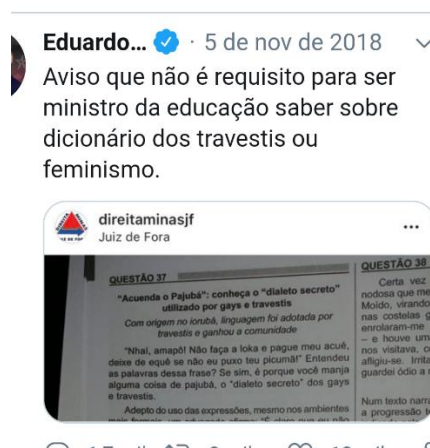
Encontramos na língua portuguesa uma gama de variedades linguísticas, cada uma com suas especificidades, valores e funcionalidades. Nesse sentido, cada variedade é reflexo das peculiaridades do grupo que a fala, ou seja, a língua portuguesa é uma, mas as comunidades, regiões e etnias que a falam são múltiplas. As variedades linguísticas, logo, são o resultado das relações culturais e ideológicas dos seus falantes.

As transformações históricas e sociais que ocorrem, no meio, incidem diretamente na língua. Diante disso, esta apresenta uma maleabilidade que faz com que varie e modifique suas estruturas para atender às exigências da sociedade. Por este motivo, ao contrário do que é pregado pelo senso comum, a língua não é estática, mas múltipla e variável, refletindo a dinamicidade social.

“A sociolinguística nos ensina que **onde tem variação (linguística) sempre tem avaliação (social)**” (BAGNO, 2007, p. 79 [grifo no original]). Assim, as variedades da língua são avaliadas constantemente pelo meio, sendo atribuído a elas tanto julgamentos valorosos como depreciativos, que são conduzidos a partir de princípios estabelecidos pela sociedade. O preconceito linguístico pode, então, ser definido como um julgamento desrespeitoso e humilhante com grupos ou classes pelo modo como falam (BAGNO, 2009).

O preconceito linguístico, assim como os demais preconceitos, tem origem na sociedade, pois, a partir dos julgamentos sociais, é que são estabelecidos os julgamentos linguísticos. Por essa razão, a variedade dos nordestinos, dos afrodescendentes e da comunidade LGBTQIA+³, por exemplo, é discriminada, porque, antes de tudo, esses grupos sofrem preconceito na sociedade. Isso nos revela que as lutas linguísticas são reflexos das lutas sociais.

Podemos verificar em alguns discursos, principalmente nas redes sociais, atitudes preconceituosas em relação à variedade desses grupos sociais. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no ano de 2018, por exemplo, foi alvo de muitas críticas, pelo fato de uma das questões trazer como tema o Pajubá, dialeto característico da comunidade LGBTQIA+. Uma dessas críticas partiu do deputado federal pelo PSL, como vemos abaixo:



Fonte: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1059411660136423425>

As redes sociais estão sendo utilizadas, em grande escala, como mecanismo para replicação de falas ofensivas contra a variedade de diversas comunidades. Nesse sentido, Matos (2015) faz uma análise de perfis de agentes de discriminação linguística no espaço virtual, apresentando ocorrências de discursos preconceituosos com nordestinos, tais como: “Nordestino ã sabe falar Português (e

ñ me venham encher o sacco q isto é bullying ñ). Não é cUmando é cOmando; não é fÉlicidade é fÊlicidade” (MATOS, 2015, p. 92).

Outrossim, foi noticiado no jornal *A Tarde*, em 19 de julho de 2007, um ato de repressão cultural e linguística contra praticantes do candomblé.

O casal Josuel Soares Queiroz e Regina Queiroz, praticantes do candomblé, decidiu dar a sua filha o nome duplo Iyami Ayodele, tendo o primeiro, “numa tradução livre do ioruba”, o significado de minhas mães ancestrais e o segundo, alegria da casa. Entretanto, o cartório de Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais tentou dificultar o registro da criança, fato que Josuel Queiroz considerou uma atitude preconceituosa. (RAMOS, 2007 *apud* LUCCHESI, 2008, p. 174)

A língua é tomada pela elite como muro de sustentação para o poder. Por esse motivo,

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2009, p. 48)

O preconceito linguístico ainda é desconhecido por inúmeras pessoas, pelo fato de uma considerável parte da sociedade não ter consciência das influências sociais e ideológicas que atuam sobre a língua, vendo esta apenas como elemento de comunicação. O sujeito só pode contestar e lutar contra aquilo que ele conhece; por isso as classes dominantes buscam ocultar as desigualdades e os preconceitos para que, assim, a população não se levante contra as injustiças.

Considerando que o domínio social ampliou-se para os aspectos linguísticos, as instituições de ensino também são influenciadas e dominadas pelo poder socioeconômico. O preconceito linguístico tem início na sociedade, mas fortalece-se na escola, de maneira que esse ambiente educacional torna-se instrumento para reprodução das desigualdades sociais. Quando os docentes transmitem a ideia de uma língua “correta” e outra “errada”, eles estão, na verdade, endossando a estratificação social.

Na cultura escolar, vemos uma série de crenças que fortalecem a disseminação do preconceito linguístico. Mitos como: “o brasileiro não sabe português”, “a norma-padrão é a forma correta de falar”, “o certo é falar da mesma forma como se escreve”, são diariamente reforçados em escolas que se pautam em um ensino tradicional. Para Bagno (2009), esses mitos são perpetuados em nossa sociedade através de um círculo vicioso do preconceito linguístico, que consiste na relação entre ensino tradicional, gramática tradicional, livros didáticos e a mídia em geral.

A gramática tradicional estabeleceu-se socialmente como modelo a ser seguido pelas instituições de ensino, pelo fato de orientar o uso “correto” do português. Consequentemente, a prática de ensino influenciada por tal gramática levava os autores de livros didáticos a recorrerem a essa perspectiva. Tudo isso corrobora para a divulgação de mitos linguísticos, tais como os que foram apresentados no parágrafo anterior, levando as fontes de ensino e mídia a reproduzirem avaliações e julgamentos depreciativos a respeito da língua e de seus falantes.

Apesar dos avanços nos estudos acerca da língua e da criação de documentos que regulamentam o sistema de ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), muitos docentes não conhecem a realidade múltipla da língua e seu caráter social. Eles acham-se envolvidos nesse círculo vicioso que acaba fazendo-os pensar que o português é difícil ou que é impossível falar sua própria língua corretamente.

O desconhecimento ou a não observância dos diferentes usos da língua, ou das variações nos usos da língua, por parte dos professores, com relação à fala e a escrita de alunos de diferentes níveis de escolarização, especialmente em escolas públicas, pode ser apontado como uma das causas do fracasso escolar. (MOURA, 1997, p. 9)

Nessa perspectiva, se o docente não reconhece a natureza variável da língua, ele tende a oprimir e excluir usos que não se espelhem na norma-padrão. Dessa forma, o discente, ao não ter sua variedade reconhecida, acredita que, no ambiente escolar, ele também não será reconhecido. Consequentemente, é criada uma barreira que impede o aluno de desenvolver suas habilidades comunicativas. Além disso, o apagamento da variedade linguística do falante equivale ao apagamento de sua identidade, pois “Nós somos a língua que falamos” (BAGNO, 2009, p. 168).

Em vista disso, defendemos que a pedagogia da variação linguística pode atuar como ferramenta no combate ao preconceito linguístico. O professor, ao apresentar as variedades da língua portuguesa e os seus usos, poderá levar o aluno à reflexão sobre a heterogeneidade linguística e, posteriormente, à aceitação de todas as variedades. Além disso, é preciso pensar em ações voltadas para políticas linguísticas comprometidas com a construção da cidadania, com vista à diversidade linguística e cultural.

O trabalho das instituições de ensino deve estar pautado no desenvolvimento das capacidades linguísticas dos falantes para que, assim, possam atuar nas diversas áreas comunicativas. Conforme Bagno et al. (2002), o ensino de língua portuguesa deve basear-se em uma educação linguística, visto que esta se pauta no desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita, fala, escuta, bem como no reconhecimento da realidade social e heterogênea da língua, levando o sujeito ao conhecimento de sua variedade. Diante disso, acreditamos que a educação linguística pode possibilitar o efetivo ensino de língua portuguesa,

modificando o ambiente escolar e a visão tradicional dos docentes e discentes em relação a sua língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos reconhecer que linguagem e sociedade não são corpos autônomos, mas elementos intrínsecos e indissociáveis. Por esse motivo, não é possível compreender a sociedade distante das questões linguísticas, assim como não é possível compreender a língua distante dos aspectos sociais.

A identidade linguística, o prestígio e o preconceito linguístico, conceitos aqui explorados, são resultados dessa relação entre linguagem e sociedade. Neles, observamos o reflexo das ideologias, desigualdades e preconceitos que estão presentes na sociedade, visto que os valores sociais, constantemente, são transportados para a língua.

Como foi discutido neste trabalho, as avaliações e julgamentos linguísticos são guiados por fatores sociais e econômicos. É por isso que, da mesma forma que eles são constituídos socialmente, também podem ser desfeitos ao longo tempo. Sendo assim, teremos que, primeiramente, modificar a visão do sujeito acerca do mundo e do outro, para que possamos ter legitimadas todas as variedades linguísticas, independentemente de quem a fala, do seu poder aquisitivo ou do seu *status social*.

Defendemos que a educação linguística é uma ferramenta que pode converter a realidade do sistema de ensino. Por meio dela, os sujeitos poderão compreender o verdadeiro caráter da linguagem e, assim, modificar suas atitudes para com as variedades da língua e aqueles que as utilizam. Se o discente reconhece que a diversidade linguística está intrinsecamente relacionada à diversidade social e que todas as variedades devem ser tratadas igualmente, verá que não existe forma “correta” e “errada” de falar.

Em vista disso, os professores devem levar o aluno a um conhecimento sistemático, variacional, ideológico e cultural da língua. Faz-se necessário uma mudança de atitude, pautando-se num ensino mais consciente e menos preconceituoso. É preciso reconhecer que não existe uma forma mais prestigiada que outra, o que existe são avaliações, convencionalmente, estabelecidas. Ademais, é preciso reformular essa cultura linguística preconceituosa a partir de políticas linguísticas resultantes de propostas que envolvam órgãos públicos e agentes da sociedade comprometidos com a construção de uma sociedade na qual todos, sem exceção, fazem se ouvir e serem respeitados, independentemente de sua variedade linguística.

Notas

¹ Neste trabalho, adotamos a designação de linguagem e de língua, de acordo com cada contexto de discussão. Todavia, estabelecemos a seguinte distinção entre ambas, tomando como base Fiorin (2013), quando este diz que a linguagem é uma atividade simbólica; é uma forma de o homem agir no mundo. Língua, segundo esse autor, é um meio pelo qual interagimos socialmente, não apenas um instrumento de percepção do mundo ou apenas uma forma de interpretar a realidade.

² Segundo Bagno (2007, p. 47), “Uma variedade linguística é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua.”

³ O movimento político e social de inclusão de pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero é representado pela sigla LGBTQIA+ que significa: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, queer, intersexo, assexual e as demais possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero. (<https://bluevisionbraskem.com/desenvolvimento-humano/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>)

Referências

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. 52. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. Tradução Clebson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza. In: LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (Orgs.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 13-30.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Linguística? O que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013. p. 13-43.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GODOY, Elena; SENNA, Luiz Antonio Gomes. *Psicolinguística e letramento*. Curitiba: IBPEX, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 151-180.

MATOS, Débora Aparecida Furieri. *O preconceito linguístico no ciberespaço: a discriminação, os agentes e as especificidades*. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2015.

MOURA, Maria Denilda (Org.). *Variação e ensino*. Maceió, AL: Edufal, 1997.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-24.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

Para citar este artigo

MARTINS, Suely de Sousa; OLIVEIRA, Luiz Henrique de. Linguagem e sociedade: um estudo sobre identidade(s) linguística(s), prestígio e preconceito linguístico. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 2, p. 120-135, maio-ago. 2020.

Os autores

Suely de Sousa Martins é Graduanda em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri.

Luiz Henrique de Oliveira é Graduando em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri.